

# IX Semana de História

## O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

### Cafezinho com farinha por leite e pão: a alimentação e o discurso de progresso e civilidade na Macapá territorial

PAULA MAYARA DE CASTRO CALADO\*

TAYANE LIMA PEDROSA COSTA\*\*

Para se preparar um prato é necessário escolher bem os ingredientes, temperos e ervas para realçar o sabor da comida. Assim também é em uma pesquisa: é preciso que se escolha bem os caminhos, o tema, o objeto, as fontes, a metodologia, para que se possa saborear o resultado do estudo como se saboreia um delicioso prato. Na preparação de uma comida, há ingredientes que são imprescindíveis, pois sua falta interfere diretamente no resultado final do prato, assim também acontece aqui. Pois para que possamos compreender o discurso político e ideológico do Governo Janary para mudar a alimentação da sociedade macapaense após a implantação do Território Federal, precisamos compreender as mudanças ocorridas na alimentação do trabalhador e de sua família, através das políticas sociais do Governo Vargas.

A autora Angela de Castro Gomes (1999) afirma que, a partir dos anos 1930 e em especial a partir da instituição do Estado Novo (1937-1945), o governo de Getúlio Vargas estruturou-se a partir de uma ideologia política de valorização do trabalho e de “reabilitação” do papel e do lugar do trabalhador nacional. Nesse período, foram instituídos os primeiros benefícios que dispõem ainda hoje os trabalhadores brasileiros como: a criação do salário mínimo e da carteira de trabalho, uma jornada diária de oito horas, o direito a férias anuais remuneradas, descanso semanal e direito à previdência social.

Vargas tinha como discurso o progresso nacional e para que isso ocorresse, ele entendia que se fazia necessário essa valorização do trabalhador, a busca de uma identidade nacional, a valorização da cultura. Enfim, em nome desse discurso ele criou leis e condições que “melhorassem” a vida desse trabalhador, pois,

*Promover o homem brasileiro, defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação (GOMES, 1999: 55).*

---

\* Graduada em Bacharelado em História pela Universidade Federal do Amapá.

\*\* Graduada em Bacharelado em História pela Universidade Federal do Amapá.

# IX Semana de História

## O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

2

Com essa ideologia de valorização do trabalhador e do trabalho, Getúlio Vargas buscava transformar o homem comum, apático, pobre, doente, mal alimentado, em um homem “novo”, que deixaria de ser comum e passaria a ser um servidor da nação que almejava o progresso do país. Para que tudo isso ocorresse, o governo Vargas criou uma política social que se ocupava da preservação da saúde do trabalhador, ou seja, o governo criou mecanismos que o permitiam adentrar a casa e à vida desse trabalhador.

Adentrar a casa desse trabalhador significa ter acesso a sua família, as suas necessidades básicas, como saúde, educação, alimentação e habitação. Isso permitiu que o governo traçasse formas de intervenção diretamente no ambiente familiar. Uma dessas áreas de intervenção do governo, que é o foco deste trabalho, diz respeito à alimentação. Como uma nova alimentação contribuiria para formar um novo homem? Qual a importância de uma educação alimentar para o progresso do país?

Essa era a ideologia<sup>1</sup> do governo: um homem bem alimentado é um homem feliz e um homem feliz trabalha mais e melhor para o progresso do seu país, e uma criança bem alimentada tem mais disposição para estudar, ou seja, uma boa alimentação estava diretamente associada ao trabalho e conseqüentemente ao progresso. Dante Costa (1951: 79)<sup>2</sup>, em seu livro “Alimentação e Progresso”, argumenta que ao sabor de condições alimentares adequadas, facilita-se o aparecimento de grandes nações, e se favorece o surgimento ou o ressurgimento de povos.

Mas como falar em boa alimentação para uma população que vive há anos sob o jugo da fome? O problema da fome no Brasil tem suas raízes no próprio processo histórico de formação do povo brasileiro. Josué de Castro classifica “fome” de duas maneiras: aquela em que não se come nada e se define de maneira vertiginosa até o fim, ou aquela em que se come de maneira inadequada e o indivíduo entra em um regime de carências ou deficiências específicas, capaz de provocar um estado que pode também conduzir à morte. Ele foi um médico que, no início dos anos 1930, destacou-se por seus estudos sobre a fome no Brasil.

---

<sup>1</sup> O termo ideologia voltou a ser empregado em um sentido próximo ao do original por Augusto Comte, em seu *Cours de Philosophie Positive*. O termo, agora, possui dois significados por um lado, a ideologia continua sendo aquela atividade filosófico-científica que estuda a formação das ideias a partir da observação das relações entre o corpo humano e o meio ambiente, tomando como ponto de partida as sensações; por outro lado, ideologia passa a significar também o conjunto de ideias de uma época, tanto como “opinião geral” quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época (CHAUI, 1980: 11). Neste estudo, estamos utilizando o segundo significado de ideologia proposto por Marilena Chauí.

<sup>2</sup> Dante Costa foi um médico nutrólogo que fez parte da diretoria do SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social) e que desenvolveu inúmeras pesquisas na área da alimentação.

# IX Semana de História

## O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

3

Estudos esses que levaram ao âmbito acadêmico o problema da fome no país. Em 1946, Castro lançou o livro “Geografia da Fome”, onde demonstra as regiões do país que mais sofrem com o problema (figura 1).

Foram seus estudos sobre a fome e a classe operária que fizeram com que Josué de Castro fosse o primeiro diretor do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), órgão criado pelo Decreto-Lei N° 2478, de 05 de agosto de 1940 que diz no seu *caput*:

*Considerando que os estudos efetuados pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, no sentido de se melhorar a alimentação do trabalhador nacional e, conseqüentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho, mediante a progressiva racionalização de seus hábitos alimentares, demonstram a necessidade da criação de um organismo subordinado diretamente ao respectivo Ministro e encarregado da iniciativa e execução de medidas conducentes à realização daquele objetivo, socorrendo-se, para isso, da cooperação que podem dispensar os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões Sob a jurisdição da aludido Ministério, cujos beneficiários compreendem a quasi totalidade das classes trabalhadoras (sic.).*

Figura 1 – Mapa das principais carências existentes nas diferentes áreas alimentares do Brasil



Fonte: CASTRO, 2008: 38.

O SAPS foi um órgão criado com o intuito, inicialmente, de melhorar a alimentação do trabalhador. Mas, posteriormente, suas atividades foram estendidas para que as famílias também fossem atendidas. Foram criados inicialmente, na capital federal, Rio de Janeiro, no

# IX Semana de História

## O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

4

ano de 1940, restaurantes populares que vendiam refeições aos trabalhadores a preços baixos e nos anos seguintes, mais quarenta e duas unidades foram instaladas em algumas cidades do país. Dentro dos restaurantes havia um sistema de som com alto-falantes onde se propagava os benefícios de uma boa alimentação. Eram distribuídas cartilhas sobre a importância de uma alimentação rica em legumes, frutas e verduras, e claro eram servidas refeições colocando essas ideias em prática.

Figura 2 – Imagem do jornal *A Manhã* ilustrando um almoço do SAPS



Fonte: Jornal *A Manhã*, 29 de agosto de 1941.

Além da implantação de restaurantes, o SAPS também agiu no plano educacional, ao implantar o Curso de Nutrição, no qual se formavam as visitadoras da alimentação, pessoas que tinham a função de visitar as casas da população, a fim de realizar a educação alimentar. O SAPS também organizava palestras e distribuía diversas publicações, visando esclarecer a população carente sobre os benefícios de uma boa alimentação.

# IX Semana de História

## O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

5

Esta boa alimentação estava intimamente ligada à ciência da nutrição, uma vez que os alimentos considerados bons não necessariamente eram alimentos gostosos, ou que tinham um sabor agradável, mas sim os alimentos com alto valor nutritivo, ricos em substâncias necessárias ao bom funcionamento do organismo.

A partir dessa premissa, Dante Costa afirma que o problema da má alimentação no Brasil não é simplesmente econômico, mas há outro problema igualmente importante, o da ignorância alimentar, pois a população não come o que necessita para viver, mas o que gosta. Ele afirma que não adianta a população ter dinheiro se não souber como comprar seus alimentos e nem souber o que deve comprar.

Essa afirmação encontra base em alguns relatos das visitadoras que ele expõe em seu livro “Alimentação e Progresso” (1951),

*A visitadora fala. A dona de casa replica, entre desinteressada e ofendida:*

- “Ora, já sei bem de tudo isso. Esse serviço não interessa a gente. Aqui nós comemos bem, nós temos dinheiro. Aqui se gasta. Você quer ver? E foi ao quarto, de lá voltando, minutos após, com um rico “peignoir” de seda... “Olhe: até para gastar em “peignoir” de seda! (Relatório da Sra. Mirza Pinheiro Monerat) (sic.) (COSTA, 1951: 94).

*Outra visitadora foi à casa de uma família, encontrou todos em conversa e começou a indagação dos hábitos familiares. Verificou, entre outras coisas, que o chefe da família, que era nortista, comia com a mulher e mais 4 filhos – 1 quilo de farinha de mandioca por dia. Evidentemente ela mostrou o inconveniente de tal erro ali, e indicou quais os melhores alimentos, aqueles que deviam ser comprados no lugar da farinha. E ouviu o seguinte:*

- “Ora, se nortista fosse se alimentar com carne, leite, ovos e verduras, êle se derrotava”... (sic) (COSTA, 1951: 96).

Esses depoimentos demonstravam para os médicos nutrólogos do SAPS a importância de uma educação alimentar da população. Médicos, psicólogos, dentistas, visitadoras, como representantes dos planos políticos/ideológicos do Governo Vargas, não tinham o interesse de fazer uma simples troca de uns alimentos pelos outros, eles tinham a convicção de que estavam mudando também, hábitos de um país incivilizado e que a partir dessa mudança a população caminharia rumo ao progresso e à civilização. Esse sentimento pode ser identificado numa passagem do livro “Alimentação e Progresso” (1951), de Dante Costa em que ele afirma:

# IX Semana de História

## O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

6

*A importância da educação alimentar, portanto, é fácil de perceber. Ela deve estar na consciência de todos. É a importância proeminente, dominadora, de um gesto que, partindo da esfera intelectual vai servir ao aperfeiçoamento geral dos indivíduos e à construção de um país melhor, dotando-o de homens e mulheres mais robustos, mais saudáveis, mais aptos, mais eficazes, mais felizes. Homens e mulheres que, se assim se mantiverem, chegarão um dia a construir um grande país nesta terra humilde, poderosa e dramática, que é a terra brasileira. (COSTA, 1951: 102).*

Tendo em mente uma visão geral da política alimentar e das mudanças provocadas por essa política em âmbito nacional, é possível agora uma compreensão melhor das políticas alimentares implantadas no Território Federal do Amapá e em especial para fins deste estudo, na cidade de Macapá.

Em 13 de Setembro de 1943, sob o decreto-lei nº 5.812, foi constituído o Território Federal do Amapá. Assim como este, pelo mesmo decreto foram criados também os territórios de Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu. Segundo a autora Maura Leal (2007: 12), esses territórios foram criados sob a justificativa de “garantir a proteção e a ocupação de regiões fronteiriças que apresentavam grandes ‘vazios demográficos’”.

Essa condição de Territórios Federais dava ao Governo Federal total controle sobre as regiões, o que significava dizer que os governadores dos territórios seriam escolhidos diretamente pelo presidente da República, igualmente como todas as leis, medidas administrativas e de segurança das regiões, assim como a exploração das riquezas econômicas atenderia, em primeiro lugar, às necessidades e interesses do Governo Federal. Sob essa perspectiva, no dia 27 de dezembro de 1943, o capitão Janary Gentil Nunes (1912-1984) foi nomeado governador do Território Federal do Amapá. Sobre esses acontecimentos o jornal *A Manhã*<sup>3</sup> publicou em uma de suas páginas uma nota onde aponta calorosamente os desafios que o recém nomeado governador Janary Nunes teria que enfrentar para levar o projeto e o discurso do progresso para a “remota região”:

*Designado para governar o Amapá logo após o decreto que criou os cinco novos territórios federais, o capitão Janary Gentil Nunes deu início a um programa de atividades altamente benéficas para a região, tendo em conta não apenas as necessidades materiais de uma zona até então em completo abandono, mas, principalmente, na exigências na formação de uma geração sadia e culta capaz de arear com a responsabilidade de promover a prosperidade do riquíssimo rincão. (sic) (Jornal A Manhã, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro 1946: 2).*

---

<sup>3</sup> O jornal *A Manhã* foi um órgão oficial do Estado Novo que divulgava os atos e diretrizes do governo. Outros dois jornais com o título *A Manhã* já haviam circulado na capital federal anos antes, mas fecharam e nenhuma relação tinham com este periódico.

# IX Semana de História

## O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

7

O início de seu governo foi marcado pelo levantamento de dados onde se permitiu ter uma primeira ideia do Território Federal então criado. Foram reunidas informações de todas as áreas: saúde, educação, produção, administração do Território, obras, terras, segurança, abastecimento, serviços industriais, divisão judiciária e administrativa no período de 27 de dezembro de 1943 a fins de 1945. Esses dados foram reunidos e compuseram o Relatório das Atividades de Governo do Território Federal do Amapá apresentado pelo Governador Janary Nunes ao Presidente da República Getúlio Vargas em janeiro de 1946.

Através deste relatório é possível ter uma visão da situação que se encontrava o Território Federal do Amapá antes da implantação do governo territorial, uma realidade que não estava associada a uma “sociedade civilizada” e que caminhava rumo ao progresso; conseqüentemente, serviu de subsídio para a fixação das diretrizes para o plano governamental, que visava à modernização, a busca pela unidade e identidade nacional.

Na introdução do relatório, o governador faz uma concisa apresentação do estado do Território. Janary Nunes relata brevemente sobre educação, transporte, economia, entre outros campos. Mas, o que chama atenção para fins desta pesquisa é o seu relato sobre a questão sanitária onde inclui a alimentação do povo e adverte que:

*a alimentação em geral do povo precisa ser transformada. A refeição em geral é o “cafezinho” com farinha pela manhã: carne salgada, pirarucu ou jabá fervido na água e sal, com farinha, ao almoço, pouco diferente o jantar, quando há (NUNES, 1946: 5).*

Dante Costa, anos antes de Janary Nunes pronunciar-se sobre a má alimentação da população em Macapá, já havia chamado a atenção para a precária alimentação do amazônida. Conferência intitulada “O Problema da Alimentação na Amazônia”, realizada em 1939 em Belém-PA, e reimpressa em 1951 para compor o livro “Alimentação e Progresso”. Costa afirma que “as populações da Amazônia vivem desnutridas e subalimentadas, perdidas no interior, sem dar ao desenvolvimento da região toda a eficaz colaboração que poderiam dar, se outras fossem as suas condições alimentares” (COSTA, 1951: 110).

Nessa reimpressão, na nota 56, Dante Costa relata que em 1949 foram publicados os resultados de inquéritos alimentares feitos em três cidades: Abaetetuba, Mocajuba e Anajás no Estado do Pará. Em Mocajuba, observou-se algo muito semelhante ao que foi relatado por Janary Nunes em Macapá, onde “verificou-se que o desjejum diário consta ‘apenas de uma

# IX Semana de História

## O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

8

pequena xícara de café puro, o que na realidade não representa uma refeição”’. (COSTA, 1951: 111).

Sandra J. Pesavento (2003), em seu livro *História & História Cultural*, define identidade como elemento de “positividade, que agregam as pessoas em torno de atributos e características valorizados” (p. 91). O que é percebido, através do Relatório, como caracterizador da identidade alimentar do Território Federal do Amapá não é reconhecido como elemento “positivo” e, portanto, segundo o mesmo, deve ser desconsiderado e alterado. E essa postura incisiva de uma construção de uma nova identidade nacional, a que o Território Federal do Amapá deveria se inserir é percebida no decorrer de todo Relatório, não como um sentimento de identidade e sim de alteridade, que Sandra Pesavento assim define:

*estariamos diante da modalidade perversa de alteridade. A exclusão é, no caso, condição atribuída, que nasce do gesto, da palavra e do olhar de quem designa o outro. Ela se acompanha de rejeição, do estigma e do preconceito, negando um lugar social de reconhecimento a este outro* (PESAVENTO, 2003: 92).

Ao longo do Relatório, percebe-se essa negação da “identidade local”, colocando em reconhecimento a do “outro” – alteridade – através da questão da alimentação e de como ela está intimamente ligada à saúde (higiene) e à educação. O governador Janary Gentil Nunes relacionou muitas vezes, o grande número de doenças à má alimentação e afirmou que isso deveria ser mudado através do dispositivo da reeducação alimentar como no trecho do Relatório em que argumenta que “da escola deverá partir a execução do programa orientado para o porvir: noção do valor nutritivo dos alimentos e conhecimentos dos processos de como obtê-los (...)” (1946: 79).

Essa reeducação alimentar era proposta em cursos, com aulas tanto para as mães, quanto para os filhos, e com incentivo à produção de gêneros alimentícios. E, uma “arma” também muito forte em busca dessa alteração na alimentação do povo utilizada pelo governo era a propaganda. O Serviço de Imprensa e Propaganda criado pelo governo territorial tinha a competência de “elucidar a opinião territorial sobre as diretrizes doutrinárias do regime em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira”. (NUNES, 1946:13)

Janary Gentil Nunes, durante a implantação do Território Federal do Amapá, encontrou empecilhos para a consolidação de seus planos. Esbarrando nos ditos “maus” hábitos alimentares da população, relacionados sempre à má educação, ao alto custo dos

# IX Semana de História

## O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

9

alimentos e à difícil acessibilidade, Janary Nunes viu uma barreira para a melhoria da qualidade de vida da população.

Numa das passagens do Relatório, mais se percebe o discurso sobre a importância da boa alimentação para essas mudanças e para as melhorias das condições de vida da população. É onde se afirma:

*ao rádio, à imprensa, ao teatro popular e ao cinema, aos clubes e associações filantrópicas, aos particulares incumbirá repetir – repetir sempre a propaganda da alimentação, salientando o papel que desempenha na conquista e manutenção da saúde e disseminação de hortas e criações domésticas, tornando cada residência um pequeno celeiro; palestras para as mães mostrando as vantagens que usufruem seus filhos da alimentação bem orientada; a aprendizagem contínua do preparo das comidas caseiras, com legumes e frutas, por meio de cursos de algumas aulas ou em sessões avulsas (...) (NUNES, 1946: 79-80).*

Ainda na introdução do Relatório, o governador Janary Nunes explicita a situação precária que se encontrava o transporte marítimo da região, isso devido ter-se apenas uma viagem regular por mês para o Estado do Pará e alguns comerciantes terem barcos de pequena capacidade de transporte de cargas, o que acabava gerando um regime de cobrança de fretes de cinco a dez por cento em cima do valor total dos gêneros transportados, o que conseqüentemente elevava absurdamente os preços repassados ao consumidor final. O governador relata que a aquisição de dois barcos de maior capacidade de carga iria estabelecer a possibilidade de abatimento geral dos preços dos alimentos essenciais.

Dante Costa (1951) afirma que alguns dos fatores responsáveis pela má alimentação das populações na Amazônia estão relacionados à geografia do lugar. O afastamento dos núcleos populacionais e a dificuldade no transporte, feito na grande maioria das vezes por vias fluviais, de uma cidade ou vila a outra acabava causando a carestia dos gêneros alimentícios, como foi observado por Janary Nunes em seu relatório.

Ao se manifestar com relação à economia, Janary Gentil Nunes afirma que “as safras locais de gêneros de primeira necessidade são ridículos, não chegando para o consumo interno” (1946:06). Também afirma do rebanho bovino que “foi bastante sangrado com as grandes exportações feitas para as Guianas vizinhas e diminuído por efeito de epidemias” (1946:06).

No capítulo voltado à educação, o governador evidencia a prioridade que dará ao ensino em seu governo. Segundo a autora Maura Leal (2007: 143), “a prioridade dada à educação, decorria do fato de o governo territorial verificar que, somente através da

preparação das novas gerações, poderia transformar o Amapá no ideal de civilização pretendido”.

Essas transformações possibilitam perceber o objetivo do Estado Novo, que segundo Elizabeth Cancelli (1994), citada pelo autor Sidney Lobato (2009: 36-37) em seu livro “Educação na Fronteira da Modernização: A política Educacional no Amapá (1944-1956)”, era “modificar o lugar do indivíduo e das classes do espaço público, negando as diferenças, a pluralidade e qualquer forma de organização e manifestação que pusesse em xeque a concepção orgânica da sociedade”.

Na busca por essa “melhoria” da alimentação do povo amapaense, Janary Gentil Nunes implantou nas sedes dos grupos escolares campos de horticultura sob a direção de técnicos rurais para a plantação de gêneros alimentícios de primeira necessidade, para que pudessem ser aprendidos processos avançados de cultura agrícola. Nos interiores, as ordens eram para que os professores se empenhassem em “começar a cultura das hortaliças e legumes mais conhecidos, empreendendo campanha educativa no sentido de que todos os alunos tenham em casa canteiros apropriados” (NUNES, 1946: 35).

E para se chegar a esse “ideal de civilização”, o plano da educação teria de atingir várias esferas desde a alfabetização, regras de higiene e sanitárias, novos processos de cultura da terra, ensino de como se alimentar, até o amor ao trabalho.

“O aspecto mais grave a modificar no Amapá era e é o estado sanitário. Sem saúde o homem não é feliz”: (1946: 69) são as palavras do Capitão Janary Nunes, ao iniciar o capítulo que fala sobre a saúde. A alimentação está muito ligada à saúde no discurso do governador do Território. Já foi apontado anteriormente que frequentemente o governador reportava-se a má alimentação do povo como uma das causas para o grande número de doenças, pois “colaborando com as doenças, para diminuir as energias do amapaense pobre, a alimentação errada e deficiente, a habitação anti-higiênica e a ignorância ancestral” (sic.) (1946: 69).

Outro que fala da relação entre a alimentação e a saúde é o diretor do Departamento de Saúde Dr. Pedro Lago da Costa Borges<sup>4</sup> quando afirma em seu relatório que:

*sobram-nos razões para acreditar que uma boa alimentação e melhores condições de vida seriam valiosos elementos na luta contra a malária, pela valorização biológica que essas medidas certamente trariam* (BORGES apud. NUNES, 1946: 82).

<sup>4</sup> Assumiu a direção do Departamento de Saúde no Território Federal do Amapá em 1943.

# IX Semana de História

## O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

11

Pedro Borges ainda cita um ditado florentino que diz “a cura para o paludismo<sup>5</sup> está na panela” e que o caboclo amazônico traduziu para “feijão é que mata febre” (BORGES *apud*. NUNES, 1946:82).

Ao observar a organização do Departamento de Saúde percebe-se dentre as competências do Centro de saúde a de higiene da alimentação e dentre as competências do hospital está a de serviço de alimentação, o que mostra que a questão da alimentação é relevante nos planos de governo para a saúde no Território Federal do Amapá. Também foram tomadas medidas direcionadas aos gêneros alimentícios e com as pessoas que chegavam ao Território e que lidavam com esses alimentos, como assevera um trecho retirado do Relatório do diretor:

*foram logo examinados todos os que lidavam com gêneros alimentícios, ficando estabelecido que só após a verificação do Departamento seriam os produtos destinados a alimentação postos à venda, assim como tornada obrigatória a inspeção médica de todos os chegados à cidade* (BORGES, 1946: 86).

O diretor menciona a distribuição de vinte a trinta litros de leite fresco, que era feita diariamente e preferencialmente às famílias que tinham crianças na cidade de Macapá, além de “frutas e ovos que eram vendidos em cinco quitandas. Legumes, raízes e tubérculos vendidos no Mercado” (BORGES *apud*. NUNES, 1946: 87). Essa preocupação com a ingestão de leite mostra como o Governo Territorial estava em consonância com o Governo Federal, uma vez que fazia parte da política do SAPS introduzir o hábito de se tomar leite, além da distribuição de leite em seus restaurantes e em restaurantes de fábricas privadas que tinham convênio com o mesmo.

O governador Janary Gentil Nunes afirma que a alimentação do povo deveria ser transformada. Segundo o diretor Pedro Borges,

*meditada a alimentação local, pode-se a ela atribuir muita responsabilidade no estado geral da saúde da população. É custosa, de má qualidade, insuficiente e inadequada. De uma maneira geral todos alimentam-se mal, por ignorância uns, por insuficiência de recursos outros* (BORGES *apud*. NUNES, 1946: 87).

---

<sup>5</sup> Mais conhecida como malária é uma doença provocada por protozoários e transmitida através dos mosquitos, encontra-se muito difundido e constitui uma das principais causas de mortalidade nas zonas tropicais e subtropicais do planeta.

Esse desabafo do diretor do Departamento de Saúde em seu relatório sobre as condições da alimentação da população do Território Federal do Amapá mostra a consonância das ideias do governo territorial com o discurso do governo federal, como já foi demonstrado pelos estudos de Dante Costa e Josué de Castro, quando diz que o problema maior é a ignorância alimentar do povo.

No final do tópico que trata sobre alimentação, o diretor do Departamento de Saúde faz uma conclusão breve do que será necessário para a melhoria da alimentação e da qualidade de vida da população onde diz que:

*há necessidade de um vasto e urgente programa de aumento da produção de todos os gêneros e de uma política de preços que, amparando o produtor, torne possível às classes mais pobres um maior consumo dos alimentos chamados protetores, ao lado de uma campanha educacional acessível e permanente, que abranja todas as camadas e aos poucos vá transformando os hábitos alimentares da população adulta e desde já fixando as normas da boa alimentação futura. É obra que demanda tempo, pertinácia, que exige um mecanismo de ação complexo e bem aparelhado em todos os setores, para que o final almejado não venha a ser comprometido pela insuficiência dos meios (BORGES apud. NUNES, 1946: 88).*

O que se observa através dessas medidas elencadas acima e retiradas do Relatório das Atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944 é que o plano político de civilidade e progresso do Governo Vargas foi posto em prática também no referido Território. A política de uma educação alimentar para a população é evidente e a relação boa alimentação e progresso também é notória.

Dedicamos parte deste trabalho à demonstração, com base no Relatório, de que o governo de Janary Gentil Nunes acreditava que a intervenção alimentar como ação política produziria as mudanças idealizadas no Território Federal e ficou evidente a importância da política de educação alimentar nesse projeto. A relação que percebemos entre o discurso sobre a alimentação e sobre a noção de progresso nacional fez-nos questionar os impactos dessa alimentação “adequada” na identidade local, uma vez que todas essas transformações pós-Território Federal representaram a tentativa de implementação do discurso de uma identidade baseada na unidade nacional, repudiando o que não se adequasse a esses bons hábitos alimentares.

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CASTRO Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Antares, 10ªed., 1984.

CASTRO, Josué de. **A Fome** (on line). [200-?]. Disponível em: <[http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf\\_bib.php?COD\\_ARQUIVO=17493](http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=17493)> (capturado em 8 de set de 2013)

GOMES, Angela de Castro. **Ideologia e trabalho no Estado Novo**. PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1999.

LEAL, Maura. **A (onto)gênese da nação nas margens do Território Nacional**: “O projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956)”. 2007. 179f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

LOBATO, Sidney da Silva. **Educação na fronteira da modernização**: a política educacional no Amapá (1944 – 1956). Belém: Paka-Tatu, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

### OUTRAS OBRAS CONSULTADAS

ARAÚJO, Maria da Purificação Nazaré; COSTA-SOUZA, Jamacy. A alimentação do trabalhador no Brasil: um resgate da produção científica nacional. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Tradução Leny Alves Bomfim. Rio de Janeiro, v.17, n.4. 2010, p. 975-992.

BEZERRA, José Arimatea Barros. Educação alimentar e a constituição de trabalhadores fortes, robustos e produtivos: análise da produção científica em nutrição no Brasil, 1934-1941. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.19, n.1. 2012, p.157-179.

CARNEIRO, Henrique. Comida e Sociedade: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Campus, 2003. Resenha de REZENDE, Marcela Torres. **A alimentação como objeto histórico complexo**: relações entre comidas e sociedades. Estudos Históricos, nº 33, p. 175-179, 2004.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. A arte de comer bem: nutricionistas e visitadoras de alimentação do Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS (1940-1967) In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. 17 a 22 de julho de 2011, São Paulo. Anais Eletrônicos. Ed. ANPUH-SP.

# IX Semana de História

## O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

14

\_\_\_\_\_. O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS): Trabalhadores e políticas públicas de alimentação (1940-1967). In: **Anais do XIV Encontro de Regional da ANPUH-Rio –História e Patrimônio**. Rio de Janeiro: 2010.

CASTRO Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro/RJ. Civilização Brasileira, 9ª ed., 2008.

### LEGISLAÇÃO

BRASIL, **Decreto-Lei nº 2.478 de 05 de agosto de 1940**. Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Lex: Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/8/1940, Página 15173. br:federal:decreto.lei:1940-08-05;2478.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943**. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Lex: Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/9/1943, Página 13731. br:federal:decreto.lei:1943-09-13;5812.

### FONTES IMPRESSAS

COSTA, Dante. **Alimentação e progresso**: o problema do Brasil. Rio de Janeiro, SAPS, 1951.

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. **Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá**, em 1944, apresentado ao Exmo. Senhor Presidente pelo Capitão Janary Gentil Nunes, Governador do Território Federal do Amapá. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. Relatório.

**AMAPÁ** – Edições de 1945 a 1948. Imprensa Oficial.

A **MANHÃ**. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1941. Trabalho e Assistência Social, p. 06. Ano I. nº10.